

Migração e Violência

quem tem medo da Asa Branca?

Fermino Feccchio *

Para os estudiosos da problemática urbana em nosso país, parece inevitável a associação que comumente se faz entre a urbanização acelerada das últimas décadas e o processo migratório observado em nossa população.

Com efeito, a partir dos anos 50, as nossas cidades foram literalmente invadidas por grandes contingentes populacionais, alterando substancialmente o quadro de distribuição espacial da população no território brasileiro.

Enquanto a população nacional triplicava no período de 40 a 80, a população urbana crescia mais de seis vezes: passando de 31% do total para 68%. No início dos anos 80, tínhamos catorze cidades com mais de meio milhão de habitantes.

Hoje quase um terço de toda a população brasileira reside nas dez maiores cidades do país, as quais, nos últimos dez anos, tiveram um crescimento equivalente a quase 45% do crescimento total verificado no Brasil (1).

Os estudos realizados para detectar os fatores que condicionam essa redistribuição da população no território nacional, geralmente, autorizam a conclusão de que esses deslocamentos de pessoas... "se fazem

de acordo com a localização e redistribuição das atividades econômicas", que "as pessoas migram quase sempre em busca de melhores oportunidades de emprego e renda, e a maior concentração de bons empregos se faz onde há maior dinamismo da atividade econômica". (2)

Certamente, isso ajuda a explicar os motivos por que as taxas de crescimento da população do Estado de São Paulo, nas últimas quatro décadas, foram sistematicamente superiores às taxas de crescimento da população brasileira, fazendo com que a população paulista duplicasse em apenas vinte anos, representando atualmente, mais de um quinto da população do país.

Vale ressaltar, no caso paulista, a importância do componente migratório: de 32%, sua participação passou para 42%, no curto período de 60 a 80.

Os dados fornecidos pela Fundação IBGE, a respeito da evolução da população da Grande São Paulo, ilustram as proporções e a velocidade do processo de crescimento.

1960 =	4,8 milhões
1970 =	8,1 milhões
1980 =	12,6 milhões
1985 =	15,1 milhões

A Região Metropolitana de São Paulo, comprovadamente, é um dos grandes pólos de atração das correntes migratórias deste país. No período de 70-80, cresceu mais do que todo o conjunto da Região Norte ou da Região Centro-Oeste. Atualmente, seu crescimento é tal que acrescenta uma cidade de Belo Horizonte a cada seis anos. (3)

Pois bem: em 1986, dos aproximadamente 1 milhão de empregos gerados no Brasil, 400 mil se deram no Estado de São Paulo e, desses, 260 mil só na Região Metropolitana. (4)

Esses dados por si só bastam para demonstrar a estreita relação que existe entre o movimento migratório e o estilo de desenvolvimento implantado no país.

As áreas foram transformadas em local privilegiado para a realização da acumulação capitalista e, por consequência, em local obrigatório para a reprodução da força de trabalho.

O capitalismo urbano precisava, como ainda precisa, do trabalho do migrante. Dos adultos ocupados, entre março e janeiro de 86, na Grande São Paulo, aproximadamente 62,3%

eram migrantes (5). Formou-se, então, nas cidades, o grande exército excedente de mão-de-obra barata à disposição do capital.

As condições em que essa mão-de-obra vai sobreviver e se reproduzir na cidade não interessam ao capital. É um problema que cabe à cidade e à sociedade como um todo resolver.

A tentativa de separar a crise urbana da causa real que a provocou e a condiciona - o modelo de desenvolvimento da sociedade brasileira - é procedimento ideológico destinado a encobrir o contraste entre a minoria que desfruta de todos os bens e serviços que a cidade oferece, e a maioria que sobrevive à margem da vida urbana, sem salário, sem habitação, sem transportes, sem escolas, sem saúde, sem lazer, sem nada.

O objetivo é fazer crer que toda a crise social urbana, consubstanciada nas péssimas condições de vida a que está condenada a classe trabalhadora, nada tem a ver com o sistema de produção, que utiliza e remunera tão injustamente tal classe.

Sob esse ponto de vista, então, a chamada crise urbana nada mais é que um conjunto de problemas sociais, carregados para os centros urbanos na esteira desses incontroláveis fluxos migratórios e provocados pelo crescimento acelerado e anárquico das cidades brasileiras.

A responsabilidade por essa crise, produzida pelo capital, como num passe de mágica, passa, dessa forma, a ser atribuída às vítimas do capital.

O capitalismo, como vimos, precisa do trabalho do migrante, explora o trabalho do migrante, mas despreza o trabalhador.

O discurso prossegue, dividindo a nossa história urbana em dois grandes momentos: antes e depois da "invasão". Antes da chegada dos "nordestinos", "dessa gente atrasa-

da", "sem higiene", "sem educação", "sem raiz", "preguiçosa", a cidade era civilizada, limpa, saudável, tranqüila. Depois deles, estabeleceu-se o caos, a desordem, a vadiagem, a promiscuidade, a insegurança, a violência, a criminalidade.

Alimenta-se, dessa forma, uma série enorme de opiniões estereotipadas, desfavoráveis aos pobres da cidade, aos migrantes, a essas "massas desarraigadas", que têm que ser vigiadas de perto. Caso de polícia. A associação entre criminalidade e pobreza, criminalidade e migração é instantânea, logo seguida da prática habitual de imputação a "essa gente" de todos os crimes que acontecem na cidade, como coisa absolutamente lógica e natural. O migrante passa a ser visto como "gente perigosa": está instalado o mito do "baiano violento", do "nordestino esquentado", do "migrante criminoso".

Essa mesma linha de raciocínio estabelece estreitas vinculações entre o aumento da violência criminal nas cidades, e as condições de vida

desses amplos contingentes populacionais marginalizados, os quais, por serem considerados de "cultura inferior", procedentes de lugares paupérrimos, incapazes de compreender e assimilar os valores da cultura urbana, estariam mais propensos à prática de atos delituosos.

A perversidade desse raciocínio, porém, não encontra amparo nos estudos científicos. O trabalho de Bordini e Abreu traz dados que nos permitem analisar a relação existente entre a criminalidade e a migração. A tabela 1 mostra o índice de reincidentes por estado natal e a tabela 2 o índice da população masculina do estado, segundo o estado natal. Comparando a tabela 1 com a 2 verificamos que não há distinção quanto à naturalidade entre a população reincidente e a população masculina do estado de São Paulo. Enquanto 65,5% dos reincidentes da penitenciária do estado de São Paulo são originários do próprio estado, temos que 73,3% da população masculina são naturais de São Paulo. Isto nos faz concluir que "a con-

Tabela 1

Distribuição dos Reincidentes e Não-Reincidentes da Penitenciária do Estado, Segundo a Naturalidade Município de São Paulo - 1985

Estado Natal	Reincidentes		Não-Reincidentes	
	Freqüência	%	Freqüência	%
TOTAL	116	100,1	136	100,1
Acre	-	-	-	-
Alagoas	2	1,7	5	3,7
Bahia	11	9,5	10	7,4
Ceará	3	2,6	1	0,7
Goiás	1	0,9	1	0,7
Maranhão	-	-	2	1,5
Minas Gerais	12	10,3	16	11,8
Mato Grosso do Sul	1	0,9	-	-
Paraíba	1	0,9	6	4,4
Pernambuco	1	0,9	8	5,9
Piauí	-	-	-	-
Paraná	1	0,9	-	-
Rio de Janeiro	4	3,4	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	2	1,5
Rio Grande do Sul	-	-	2	1,5
Santa Catarina	2	1,7	1	0,7
Sergipe	1	0,9	-	-
São Paulo	76	65,5	77	56,6
Outro País	-	-	5	3,7

FONTE: Secretaria da Justiça/Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo - COESPE; Secretaria da Segurança Pública - SSP.

Tabela 2

Distribuição da População Masculina, Segundo a Naturalidade
Estado de São Paulo - 1980

Estado Natal	Freqüência	%
TOTAL	12.462.614	100,0
Rondônia	1.006	0,0
Acre	1.103	0,0
Amazonas	3.104	0,0
Roraima	258	0,0
Pará	8.498	0,1
Amapá	311	0,0
Maranhão	17.872	0,1
Piauí	51.495	0,4
Ceará	161.236	1,3
Rio Grande do Norte	51.438	0,4
Paraíba	106.866	0,9
Pernambuco	364.882	2,9
Alagoas	138.481	1,1
Fernando de Noronha	215	0,0
Sergipe	77.669	0,6
Bahia	537.609	4,3
Minas Gerais	883.043	7,0
Espírito Santo	24.167	0,2
Rio de Janeiro	87.530	0,7
São Paulo	9.137.413	73,3
Paraná	385.836	3,1
Santa Catarina	25.266	0,2
Rio Grande do Sul	30.506	0,2
Mato Grosso do Sul	23.571	0,2
Mato Grosso	23.912	0,2
Goiás	19.826	0,2
Distrito Federal	3.587	0,0
Brasileiros Sem Especificação	26.686	0,2
Estrangeiros	269.228	2,2

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico de São Paulo 1980. Rio de Janeiro, 1982.

dição de migrante não indica uma inclinação provável para a delinquência" e que ... "os autores de ilícitos penais em sua maioria não são recrutados no interior de grupos migrantes".

Não obstante essas constatações, a maioria da população migrante ainda é vítima desse estigma da procedência, marcando-a, qual ferro em brasa, durante toda sua longa TRAVESSIA.

* (Advogado - Vice-Coordenador do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo).

NOTAS

(1) - Martine, G., Migração e Metropolização, in Rev. São Paulo em Perspectiva, 1 (2): 28-31, Julho/Setembro de 1987

(2) - Martine, G., idem

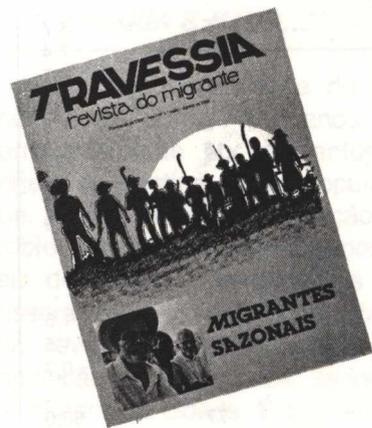
(3) - Martine, G., idem

(4) - Ferreira, S.P., Emprego, a fragilidade de seu crescimento, in Revista São Paulo em Perspectiva, 1(2): 78-82, Julho/Set. 1987.

(5) - Ferreira, J.M.N. e Rodrigues, M, Absorção dos migrantes pelo Mercado de Trabalho, in Revista São Paulo em Perspectiva, 1(2): 16-27, Julho/Set. de 1987

(6) Bordini, E.B.T., e Abreu, S.F.A, Migração e criminalidade in Rev. São Paulo em Perspectiva, 1(2): 36-38, Julho/Set. de 1987

Seja um colaborador



"TRAVESSIA"

está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, antropológico, jurídico, cultural, religioso, educacional, histórico, etc...

A Revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Por isso exige clareza na explicitação, simplificação dos conceitos.

Se for do seu interesse, pedimos que envie artigos para a redação.

OBSERVAÇÃO:

Os artigos devem obedecer o seguinte padrão, como limite máximo: 10 laudas de 20 linhas com 70 toques cada.